

Atendimento das reivindicações já!

Esta semana, entre os dias 04 a 06.09, o Congresso Nacional realiza o último “esforço concentrado” antes das eleições do dia 01 de outubro. Caso se cumpra a promessa dos líderes partidários da Câmara Federal de liberar a pauta do plenário por meio das chamadas “votações simbólicas”, as Medidas Provisórias 295, 301, 302 e 304 devem ser votadas. A pauta da Casa está trancada pelas MPs 293 até a 312. É imprescindível a participação dos servidores nas atividades organizadas.

O objetivo não é “protestar contra as MPs”, mas exigir do governo a aprovação das MPs com as emen-

das da categoria. É para isso a manifestação desta terça-feira, dia 05.09, na Esplanada dos Ministérios. Ao mesmo tempo, ocorre reunião da Condsef com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG). Também para o dia 05, está agendada reunião com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). A intenção é conquistar o apoio parlamentar para a aprovação das emendas, inclusive as que causam impacto orçamentário. Já na segunda-feira, dia 04.09, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, se reúne com representantes da CUT e Condsef.

Emendas dos servidores às MPs

- estabelecer valores fixos para as atuais e novas gratificações;
 - preservar a contagem de tempo para aposentadoria;
 - manter critérios para incorporar gratificações;
 - restabelecer a paridade ativo/aposentado/pensionista;
 - estender os prazos de opção;
 - modernizar cargo de técnico do Bacen;
 - não renunciar a direitos administrativos e judiciários;
 - estender a GSISTE para todos os servidores do Planejamento;
 - equiparar tabelas da CSST e PCC;
 - preservar direito a jornada especial;
 - manter as VPNIs;
 - implantar, reestruturar ou corrigir gratificações e carreiras (MEC, MDIC, Incra, MAPA, Ibama/MMA); incrementar e equiparar salários; retroagir a vigência da concessão de gratificações e enquadrar servidores que ficaram fora dos novos planos (Carreira de Tecnologia Militar, ex-Territórios);
 - defender a aposentadoria integral;
 - plano de carreira dos servidores da AGU; extensão aos servidores PCC/PGPE do Itamaraty dos valores remuneratórios concedidos aos oficiais de chancelaria; e a gratificação aos servidores redistribuídos da Imprensa Nacional;
- A categoria também defende o envio, pelo Planejamento, do Plano da Cultura para a Casa Civil.*

MPs provocam redução no vencimento básico

Em função das Medidas Provisórias 302 e 304, servidores que possuem jornada de trabalho inferior a 40 horas tiveram seu vencimento básico reduzido. São jornadas especiais amparadas por legislação específica – jornalistas, radialistas, telefonistas, digitadores e outros.

A redução dos VBs atinge servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC), transferidos para o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), instituído pela MP 304, e os que irão receber a chamada Gratificação de Exercício (GSISTE), destinada aos servidores de al-

guns departamentos dos Ministérios do Planejamento (SOF, SPI, SEGES, SRH e SLTI), da Fazenda (SNT) e da Presidência da República (Arquivo Nacional/CC), estes regidos pela MP 302.

A correção dos artigos 143 (MP 302) e 71 (MP 304) já foi proposta à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e também apresentada em forma de emenda às duas medidas. O Sindsep-DF também irá impetrar mandado de segurança para garantir o pagamento integral do vencimento básico destes servidores.

Sindsep-DF entra com representação contra assédio moral

Na sexta-feira, dia 01.09, o Sindsep-DF entrou com uma representação no Ministério Público do Trabalho denunciando indícios de assédio moral no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esta é a primeira iniciativa do gênero.

Os indícios de assédio moral foram cometidos pela coordenadora de Recursos Humanos do órgão,

em reunião convocada por ela, no dia 30.08. O Sindsep-DF pediu ao Ministério Público para apurar os fatos e tomar as providências necessárias. O Ministério deve instaurar um inquérito e marcar audiências entre as partes. É considerado assédio moral a exposição do trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho.

**Manifestação dos Servidores
Pela aprovação das MPs com as emendas da categoria!
Terça-feira – 05.09 – Concentração – 9h catedral**

Itamaraty promete plano de carreira aos servidores

Passo importante no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na quinta-feira, dia 24.08, a bancada sindical do MRE recebeu um documento do secretário-

geral, embaixador Samuel Guimarães, no qual ele se compromete a incluir os servidores do PCC/PGPE, lotados no MRE, na carreira do Serviço Exterior Brasileiro. Essa é uma an-

tiga reivindicação dos servidores e foi amplamente discutida com a direção do órgão na Mesa Setorial de Negociação, que conta com representantes da CUT, Condsef, Sin-

dsep-DF e ASMRE.

A bancada sindical já discute o encaminhamento de propostas com os setores competentes do MRE (CMOR/Assessoria do FG). O embaixador se

comprometeu a encaminhar a proposta ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil. É preciso que toda a categoria continue unida e mobilizada para conquistar a vitória!

Plenária extraordinária do DNIT

É nesta quarta-feira, dia 06.09, a plenária extraordinária dos servidores do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT). A categoria foi uma das que não teve suas demandas atendidas e não foi contemplada por nenhuma das Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo governo. O encontro acontece na sede da Condsef, a partir das 9h. Entre os temas de destaque está a reestruturação da tabela do Plano Especial de Cargos do setor e a abertura de concurso público para o DNIT em substituição a terceirizados. Na plenária, os servidores devem definir uma agenda de lutas do DNIT. Na pauta da categoria está ainda a extensão da gratificação (GDIT) a todos os servidores do órgão.

Seminário do Plano de Carreira do Incra

Acontece nesta segunda-feira, dia 04.09, seminário dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), integrantes do Grupo de Trabalho para discutir a proposta do Plano de Carreira.

Servidores discutem reivindicações com Conab

Nos dias 31.08 e 01.09, representantes dos servidores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do governo discutiram, no Fórum de Relações do Trabalho (FRT) a pauta de reivindicações do funcionalismo do órgão, com 11 itens. Na próxima edição, conheça os resultados da reunião.

- Posicionamento sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários;
- Alteração no Normativo de Deslocamento a Serviço;
- Lotaciograma e processos de cessões dos empregados com base na Lei nº 10.470/02;
- Pagamento da retroatividade aos empregados que têm dependentes portadores de Diabetes crônico tipo I;
- Situação do regime de intervenção do CIBRUS e extensão do Plano de Benefícios aos empregados não participantes;
- Posicionamento do processo de incorporação da Gratificação de Função;
- Concessão dos mesmos benefícios que foram estendidos aos servidores que retornaram administrativamente pela Lei nº 8.878/94, aos que retornaram judicialmente pela mesma lei;
- Concessão da Licença-Prêmio e anuênios para os servidores que retornaram administrativamente pela Lei nº 8.878/94;
- Posicionamento sobre o retorno administrativo dos servidores anistiados pela Lei nº 8.878/94;
- Posicionamento da apuração da denúncia de assédio moral contra o encarregado do setor de Recursos Humanos da SUREG/PE; e
- Posicionamento da apuração dos problemas de ordem gerencial ocorridos na Unidade Armazenadora de Arcoverde _ SUREG/PE.

Vitória judicial contra falsos empréstimos consignados

Após três anos de intensas denúncias contra falsos empréstimos consignados descontados na folha de pagamento do servidor, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Ceará (Sintsef/CE) conquistou uma importante vitória. A juíza federal substituta da 8ª Vara do Ceará, Elise Avesque Frota, decidiu que a autorização para o desconto na folha de empréstimos consignados deve partir do órgão ao qual o servidor está vinculado, e não diretamente pelo Ministério do Planejamento, como era re-

alizado até então. O órgão de origem também terá de verificar a possibilidade do desconto até 30% para quitação desses créditos sem prejuízo do pagamento dos planos de saúde e de previdência dos servidores.

A decisão acata pedido do Ministério Público Federal (MPF) do Ceará que, após o recebimento de muitas denúncias, entrou com ação civil pública, no dia 27 de março, contra a forma como o empréstimo era concedido. A Justiça determinou ainda que se inverta o ônus da prova. Ou seja, cabe a institui-

ção financeira comprovar que o servidor fez o empréstimo e não o contrário. A juíza considera que a atual sistemática adotada pela administração impõe dificuldades no cancelamento de descontos indevidamente incluídos na folha de pagamento dos servidores, bem como não lhes assegura os acréscimos devidos quando da sua devolução. Assim, quando o servidor declarar que não fez o empréstimo, o desconto deve ser suspenso e a instituição financeira terá que provar, com documentos idôneos, a existência do contrato.

Ato pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce

Desde que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) reabriu Ação Popular de 1997 que questiona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pelo governo FHC, começou, em todo país, uma campanha pela anulação do leilão da CVRD. A empresa foi doada ao capital privado por 3 bilhões de reais, mas somente no primeiro semestre de 2006, o lucro da Vale foi de R\$ 6,1 bilhões. Foram constituídos comitês nos estados do Pará, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. A campanha é dirigida ao presidente Lula para que o governo passe do pólo passivo na Ação Popular para o pólo ativo e, assim, encaminhe as medidas necessárias para a anulação do leilão.

Em 22.08, foi constituído em São Paulo um Comitê Nacional pela Anulação do Leilão, que convocou uma jornada de luta para esta primeira semana de setembro. Após nossa manifestação na Esplanada, participe! Vamos retomar esse patrimônio para o povo brasileiro.

Anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce
Terça-feira - 05.09 - 15h - ato em frente ao Tribunal Regional Federal (Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Lote 07, Praça dos Tribunais Superiores)

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212- 1900. **Redação:** Edison Cardoni, Giselle do Valle. **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Tiragem:** 12.000 - **Impressão:** Red Graf